



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Ata n.º 25

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Edifício da Junta de Freguesia de Paderne, por convocatória de vinte e oito de Janeiro, aditamento de onze de Fevereiro, segundo aditamento de quinze de Fevereiro, e terceiro aditamento de dezasseis de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das actas de 25-11-2015 e 17-12-2015; -----

PONTO TRÊS: Designação de quatro membros para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, na sequência de renúncia dos anteriores membros; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da alteração de denominação da sociedade da empresa adjudicatária do procedimento para aquisição de serviços de certificação legal de contas do município de Albufeira, para os exercícios económicos de 2015 e 2016, Abreu & Cipriano, Auditores, SROC; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas de marca MERCEDES, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 16.000,00€ + IVA; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas de marca MAN, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 24.400,00€ + IVA; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de delimitação da área de reabilitação do centro antigo da cidade de Albufeira; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento Municipal de Ruído Ambiental; -----

PONTO NONO: Tomada de conhecimento da proposta de alteração referente ao Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal; -----



PONTO DÉCIMO: Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2015; ----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de abertura de procedimentos concursais, por contrato de trabalho em funções públicas, pelo prazo de um ano, nomeadamente: Técnicos Superiores (5), Assistentes Técnicos (3), Assistentes Operacionais (65) e Polícias Municipais (5); -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de regulamento de utilização, exploração e funcionamento dos parques de estacionamento P5 e P6 e estacionamento à superfície na Av. Da Liberdade;

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do parecer prévio vinculativo referente ao ajuste directo para aquisição de serviços de medicina do trabalho, prestados por profissional habilitado; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Tomada de conhecimento e eventual tomada de posição sobre o processo 846/09.4-A, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé (Execução) - licenciamento de moradia unifamiliar (ponderosas), Barrancos; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO: Apreciação e deliberação da moção apresentada pelo PSD contra a extinção da Entidade Regional de Turismo do Algarve; -----

PONTO DÉCIMO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de encargos do procedimento para aquisição de serviços de manutenção de lagos e fontes no município de Albufeira; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Grade Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----



Faltas: Ana Alexandra Diogo Pereira.-----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Ana Pereira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, João Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Sérgio Brito, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Maria Helena Lisboa: "Vinha agradecer! Finalmente a Câmara fez parte da obra que eu pedi para proteger o muro da ruína, mas tenho de chamar a atenção porque a obra não está acabada. A água continua a entrar, porque está cheio de fissuras, e afecta a minha casa. Há uma fissura ao longo de toda a parede que continua aberta e, enquanto isto não for reparado, eu continuo a ter problemas. Queria perguntar o que a Câmara pensa fazer em relação ao saneamento básico: parte da aldeia tem este mau cheiro, o que incomoda incrivelmente os moradores e as pessoas que vêm de fora. Queria perguntar também, em relação às duas pontes que existem aqui no caminho de Paderne para outros pontos norte, se pensam manter a conservação daquelas pontes, têm os pilares muito frágeis. Há algo que possam fazer para que possam ser conservadas as ruínas ou pré-ruínas que existem nesta aldeia? Qualquer dia temos todos os prédios da aldeia, já temos dois ou três, e poderemos ter muitos mais." -----

Janice Veniga: "O caminho que vai de Paderne para Tunes, para o Foral, está em muito mau estado. Faz onze anos que estamos lá e só duas vezes a Câmara colocou um pouco de brita. Já vim à Junta de Freguesia e à Câmara falar com um engenheiro mas ele disse que não tinham dinheiro para arranjar. Já falei com o Vice-Presidente da Câmara, no dia oito de Fevereiro, ele conhece o problema, e disse que iam arranjar, mas até hoje ainda não fizeram nada. O caminho está muito mau. Se temos uma emergência, é muito difícil passar uma ambulância ou os bombeiros." -----

Manuela Oliveira: "Estou aqui em nome da Associação de Pais de Paderne e gostaria de fazer um pedido: um meio de transporte, como por exemplo o Giro, para passar pela escola. Seria uma mais-valia para a freguesia de Paderne visto que os meios de transporte que existem, não é muito fácil os turistas virem de Albufeira para Paderne." -----



Carlos Ventura: "É provável que seja a última vez que venho às reuniões. Falo em nome próprio. No passado pertenci à concelhia do PCP de Albufeira, hoje não sou militante. Acredito na democracia avançada, no comunismo, no colectivo, acredito numa sociedade mais homogénea, mais justa, mais humana, em que haja respeito pelas pessoas. A senhora inglesa que falou, diz que já há muito tempo que está à espera que lhe arranjem a estrada, ela que fique sentada à espera porque nós sabemos como se passa em Albufeira. Fui vítima e continuo a ser vítima, e é provável que vá morar para dentro do meu carro. Isto é a sociedade que vivemos, a sociedade dos mais fortes, a sociedade em que o Presidente diz, fala e depois não representa o que diz. O Presidente Carlos Silva, na última vez disse viu, mas o senhor não viu, não me respeitou. Porque se tivesse visto, tinha visto que nas Sesmarias existia um alinhamento que foi dado pela Câmara, desde o cruzamento da Baia Grande, onde o Cavaco Silva tem a casa até à Coelha, mas como um vereador do CDS, era vereador da Câmara, beneficiou, e entretanto quem não beneficiou fui eu que me roubaram o terreno. Porque o alinhamento era para ter uma parte do terreno da frente e outra parte do outro terreno que era o meu. Evidentemente que têm de existir estradas e que alguém tem de ceder terrenos. Disseram-me para perguntar ao Presidente Carlos Silva e Sousa se a Câmara de Albufeira era rica, porque a iluminação, depois do dia dos Reis Magos, tiveram ainda quatro dias acesas. O Sr. Carlos Silva e o Sr. Desidério nunca responderam aos mil e trezentos computadores desviados da Câmara de Albufeira. Não respondeu às canalizações clandestinas que existiam e existem. A CDU viu uma canalização que existia clandestina e nada foi respondido. Houve responsáveis da Câmara que meteram dinheiro ao bolso, já disse quem eram e nada fizeram. Há pessoas que estão na Câmara a gozar com o povo porque há canalizações clandestinas e depois somos nós todos que pagamos a água. Não falou da Faceal, que deram de dois quatro milhões de euros, onde podiam fazer casas sociais. Não falou das águas que remeteram para as Águas do Algarve, a Câmara de Albufeira só tem feito para desfavorecer o povo, gastaram milhões sem se preocuparem com o caudal para evitar cheias. O Desidério fez aquela linda obra, hoje o Presidente diz na televisão que não há culpados e o senhor é um dos culpados. O Sr. Hélder disse que eu não fiz nada por Portugal, que eu não fiz nada por Albufeira. Eu considero o Sr. Hélder um homem honesto. Houve um desfalque da Junta de Freguesia, existe responsáveis, eu como município quero saber quem fez esse desfalque. Vou-me embora porque o Presidente nunca responde às questões que eu faço."-----



Ricardo Neves: "Gostaria de saber quando é que o Giro passará a chegar a outras freguesias do concelho porque Guia e Paderne até hoje ainda não têm Giro. Vai haver um regulamento referente ao parque de estacionamento P5, de cargas e descargas, e queria fazer lembrar que há empresas que têm carros que não conseguem estacionar no P5 porque o parque está feito para carros e não para carrinhas de distribuição, então que o horário fosse alargado em outras zonas do concelho, e não só à baixa da cidade." -----

Joaquim Silva: "Vinha expressar o meu desagrado porque nas últimas inundações fiquei com um caminho intransitável, que dá acesso a uma propriedade à qual eu não posso entrar com tractor ou com carrinha. Pedi ao Presidente da Junta de Freguesia, já falei com o Presidente da Câmara, que disse que ia resolver o assunto mas até à data continuo sem o caminho arranjado." -----

José Gomes: "Sou proprietário de um terreno e também fui atingido pelas cheias de há uns meses atrás. Foi a baixo um muro com trinta metros de comprimento, junto à estrada de alcatrão, que vai de Mem Moniz para a Amoreira. À beira da estrada o muro foi a baixo, e depois junto à ribeira o muro caiu para dentro da fazenda. Preenchi uns papéis para ter direito a algum subsídio e até hoje ainda não sei de nada."-----

João Guerreiro: "Moro em Vale Pegas e o caminho de Vale Pegas durante o inverno é só lama e buracos e de verão tenho os vizinhos a dizer que faço muito pó, que têm as casas cheias de pó. Em relação à iluminação eu questiono a Junta de Freguesia, quase todos os meses faço reclamações, e a Junta diz que não tem competências para reparar essa situação. Quero então saber qual é o parecer da Câmara." -----

Dora Encarnação: "Como a Câmara já deve ter conhecimento, recebemos outra vez outra carta do Tribunal Fiscal e Administrativo de Loulé, a avisar que o recurso que tinha sido posto foi recusado e o Tribunal continua a insistir na execução de sentença, que é a demolição da nossa casa, que foi feita dentro de todos os parâmetros legais. O que queremos saber é o que a Câmara vai fazer, se vai mudar de estratégia, visto que isto já se arrasta há seis anos, porque nós precisamos dormir descansados." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à intervenção da D. Maria Helena Lisboa, já tomei nota das questões que a levam a ter ainda problemas na sua casa e irá ser dado conhecimento aos serviços para virem verificar essas fissuras que refere. Quanto às pontes, tomei nota e os serviços também irão verificar a situação, e se for necessária uma intervenção, seremos informados no relatório técnico. Em relação às ruínas da aldeia, é uma questão mais complicada porque muitas vezes são problemas judiciais. A



questão é que as casas são abandonadas e, depois, muitas vezes vão ruindo. Em Albufeira já estamos a desencadear processos no sentido da requalificação urbana e Paderne também está no calendário para também aqui ser aprovado o ARU, no sentido de motivar todos aqueles que tenham casas em condições degradadas, para que possam beneficiar de alguns benefícios fiscais e de licenciamentos administrativos, no sentido de serem incentivados a melhorarem as suas casas. Paderne também está previsto ter uma área de reabilitação urbana. Em relação aos caminhos que a D. Janice referiu, também já tomei nota. Temos muitos caminhos para arranjar por todo o concelho, mas esta fase ainda não nos permite aceder a todos os recursos financeiros, e vamos ter maiores possibilidades financeiras a partir do momento em que tenhamos as contas todas aprovadas, e nessa altura é que podemos disponibilizar o saldo. Já houve algumas intervenções em Paderne e, naturalmente, irão haver mais, por todo o concelho. É um problema de que temos consciência. Em relação aos meios de transporte seria conveniente chegar-nos um pedido, devidamente justificado, com quais os percursos, quais as pessoas que estariam interessadas, para podermos ver se há disponibilidade de transportes. Quanto ao Giro, não está bem vocacionado para este tipo de transportes interurbanos, uma vez que é um transporte urbano, portanto, está mais cingido à área de Albufeira, com uma ligação às Ferreiras para fazer a ligação da estação de comboios a Albufeira. Sabemos que o ideal era ter transportes bons em todo o concelho mas os recursos não são infinitos. De qualquer forma, tomei nota das suas preocupações e vamos verificar se há possibilidade mas também convém termos consciência de quais os custos e quais os números de utentes, para verificarmos se há ou não hipóteses de intervirmos nessa matéria. Em relação ao Sr. Carlos Ventura, ele chega aqui, lança as acusações e depois vai-se embora. Para quem já o ouviu, isto bate sempre no mesmo sítio, que é o caso do seu terreno por onde passou uma estrada, já há uns anos, e sempre o ouvi queixar-se sobre essa matéria, e, sem ser um dever meu, fui verificar o processo e convidei-o a ir comigo para ver qual era a situação real e ver se detectava alguma ilegalidade. Eu não detetei mas nunca neguei, antes pelo contrário, sempre lhe disse que havia o recurso à via judicial. Se ele se sente injustiçado, se há questões ilegais em relação a essa estrada, que segundo ele diz passa por cima do seu terreno, há os meios judiciais que servem para repor essas situações. Em termos administrativos, eu não encontrei nada, e como não encontrei nada, perguntei-lhe na altura qual seria a solução que ele me indicava, e a solução que ele me indicava era mudar a estrada para o outro lado. Em relação às cargas e descargas, se tem algumas



sugestões a fazer, faça um requerimento a explanar aquilo que considera incorreto, nesta questão de cargas e descargas, e dê-nos algumas alternativas para que possamos, eventualmente, acolher. A baixa de Albufeira tem de ter as cargas e descargas disciplinadas: não podem ficar ali até tarde, prejudicando as outras pessoas que também queiram fazer descargas. Quanto ao caminho das Amoreiras, eu já tinha tomado nota e é o que já referi em relação aos caminhos. O Sr. José Gomes refere que fez o pedido de ressarcimento dos danos que teve. É um processo de pedido de ajuda ao fundo de emergência. Os processos foram entregues em Lisboa no início de Fevereiro e agora irão ser objecto de análise pelos elementos que compõem essa comissão que irá avaliar todos os pedidos. Isso é feito em Lisboa. Nós temos uma funcionária da Câmara que vai lá e vai acompanhando o que se vai passando. Portanto, a informação que tenho é que os processos estão todos em Lisboa e estão a ser analisados. Em relação ao assunto da D. Dona Encarnação, sobre este assunto não me posso pronunciar porque fiz parte deste processo como advogado."-----

Dora Encarnação: "O Presidente não se pode pronunciar sobre o assunto, mas não haverá alguém que possa dar uma resposta?"-----

Vice-Presidente: "A Câmara recebeu uma carta do Tribunal e está a preparar um recurso jurisdicional que vai ser remetido para o Tribunal. Depois temos de esperar pela decisão sobre esse recurso."-----

Dora Encarnação: "E a suposta alteração da zona no PDM?"-----

Vice-Presidente: "Vai ser visto quando houver a alteração do PDM."-----

Dora Encarnação: "E se o Tribunal não esperar esse altura? É que o Tribunal deu a hipótese de ser alterado através do PDM."-----

Vice-Presidente: "O que está a ser feito neste momento é a preparação do recurso que a Lei confere a alguém que recebe uma sentença. O consultor jurídico está a preparar e dentro de alguns dias irá enviar essa missiva para o Tribunal. Se, entretanto, se iniciar a revisão do PDM, com certeza que isso será revisto. Mas uma coisa não invalida a outra. Não podemos é ficar à espera da revisão do PDM e deixar passar o prazo do recurso. Em relação aos caminhos, na segunda-feira passei pela Amoreira, já está identificado, assim como outros, e dentro de algum tempo irá ser visto. O senhor disse que esteve lá a vinte e cinco de Janeiro, estamos a dezoito de Fevereiro, não decorreu assim tanto tempo desde essa altura até agora. Com o devido tempo, não se consegue fazer tudo no mesmo dia, vamos resolvendo gradualmente as situações."-----



Presidente da Assembleia: "Em relação à intervenção da Sr. Dora Encarnação e em relação ao seu processo, há momentos processuais que têm de ser respeitados e um deles é a parte jurisdicional, que diz respeito aos recursos. Houve uma decisão judicial, a Câmara fez o favor de nos remeter essa informação do Tribunal. É um dos pontos que irá ser discutido nesta Assembleia Municipal. Esta Assembleia já manifestou a sua solidariedade com estas situações, com as pessoas que estão a sofrer nestes dois processos, que é o seu e o outro nos Olhos de Água. Temos feito os possíveis, naquilo que são os poderes da Assembleia Municipal, para acompanhar de perto essas situações." -----

Maria Helena Lisboa: "Ao fazerem a obra que fizeram, que foi tapar o muro no Museu, meteram um cano de água que cai directamente em cima do meu telhado. Eu sei que, quando chove, molha todo o telhado, mas estar a cair um tubo de água directamente e sempre no mesmo sítio, não está correto. A Câmara tem uma ruína, que deite para dentro da ruína e não para cima do meu telhado." -----

Ana Maria Ramos: "Em virtude das casas devolutas, o Presidente disse que ia colaborar com os benefícios fiscais. Tenho uma pergunta mas penso que isto seja mais para o Ministério da Ambiente: Na Rua cinco de Outubro, ao lado da minha casa, há uma casa devoluta, que tem lá galinhas, e o estrume tem mais de dois metros. No verão não posso ter uma janela aberta, que é só moscas." -----

Presidente da Câmara: "Irei dar notícia desta situação aos serviços camarários que, em conjunto com outros serviços da área de saúde, poderão verificar as condições de salubridade em causa e tomar as devidas medidas." -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes: -----

Carlos Fernandes: "Desejava perguntar ao Presidente se se prevê para breve a delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Tem sido uma questão recorrente nestas Assembleias. No caso concreto de Paderne é uma ferramenta de extrema importância, como vimos nos casos que apresentaram esta noite. Os problemas podiam ser resolvidos pela própria junta se essa delegação de competências já tivesse sido feita." -----

Soraia Rodrigues: "Temos algumas questões e alguns alertas. A primeira questão é que gostaríamos de saber, relativamente às ocorrências seguintes ao um de Novembro, em Albufeira, Guia e Olhos de Água, o que é que justifica as novas acumulações de água em situações de precipitação que se registaram; também dar notícia de um carro que



está abandonado há mais de um ano na Rua do Mediterrâneo. Já foram informados os serviços da Câmara mas o carro continua lá; saber qual é o ponto de situação do primeiro projecto aprovado pelo orçamento participativo relativamente ao abrigo para animais abandonados; pedir algumas explicações sobre questões que nos foram levantadas sobre o abate de animais nos serviços municipais, e documentos que são pedidos para serem assinados pelas pessoas que lá vão entregar animais; alertar para a falta de iluminação pública numa das principais artérias da cidade, a título de exemplo, a Avenida dos Descobrimentos, entre a rotunda das minhocas e a bomba de gasolina, tem mais de uma dezena de lâmpadas que não estão a funcionar. Temos várias pessoas que nos dizem que a situação não é só aqui e pensamos que não seja uma coisa assim tão cara que não possa ser facilmente resolvida, e que está bastante relacionada com a segurança das pessoas que por lá transitam.” -----

Francisco Guerreiro: “A Câmara Municipal comprou um terreno para habitação social já há alguns anos. O projecto temos cá na junta. Gostava de saber se há algum desenvolvimento sobre esse projecto de habitação social ou não porque já lá vão uns cinco anos. Que eu saiba esses projectos não estão só dependentes do dinheiro da Câmara, estarão dependentes também de financiamento. Também gostava de saber qual é o desenvolvimento da situação nos Matos, das casas degradadas, que não vamos esperar que fique alguém lá de baixo. Acho que é bom que a Câmara tome isto em conta porque ainda hoje eu lá estive e está, realmente, muito perigoso. Fico preocupado porque tenho ouvido, aqui em Paderne, por parte da Junta, que o Presidente pouco ou nada faz, sobre o que foi levantado há pouco. Penso que o Presidente não é contra Paderne, pelo contrário, até tem raízes em Paderne. Gostaria que explicasse o porquê de todas estas confusões, que é para que não haja aí, de café em café, situações menos agradáveis sobre a Câmara Municipal.” -----

Hélder Sousa: “Em relação à intervenção do Sr. Carlos Ventura, gostava de saber se vai ficar em ata as afirmações que o senhor fez? Depois vou querer uma certidão dessa acta.”-----

Cândido Reigado: “Embora já aqui tenha sido referido, queremos reforçar o problema de alguns caminhos em mau estado: os Olhos de Água, o caminho de Vale Carro. Sobre esse caminho, já há tempos um munícipe, em reunião de Assembleia, referiu o seu mau estado. Na altura ainda meteram algum alcatrão mas agora já está praticamente na mesma; aqui em Paderne, em Vale Pegas, o caminho de terra, que dá acesso ao Cerro do Pico, está em péssimo estado; outro caminho é um que dá acesso a Matos de Baixo.



Outra questão é a falta de saneamento básico aqui em Paderne. Uma parte do Cerro do Ouro e Mem Moniz não tem saneamento básico. Queríamos deixar aqui a pergunta se a Câmara tem algum plano para resolver esta situação. Sabemos que é difícil resolver tudo ao mesmo tempo mas pode ser resolvido faseadamente. Queremos chamar a atenção a datas muito importantes para toda a população, não só do concelho de Albufeira, como de todo o país. No dia dois de Abril faz quarenta anos a constituição da República Portuguesa e o vinte e cinco de Abril são datas que devem ser lembradas."-----

Cândido Reigado lê documento. (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

João Cabrita: "Quero chamar a atenção para as árvores que têm sido arrancadas nos últimos tempos, por todo o concelho mas, especialmente, em Albufeira e Olhos de Água. Começando pela entrada da Câmara, onde estavam duas palmeiras, foram cortadas e ainda nada foi plantado. Ainda nessa zona, em frente à Caixa Agrícola e Correios, em frente à Garvetur, na Quinta do Infante, em Vale Pedras, na Bela Vista, mas os coutos continuam lá. Gostava de saber qual é a ideia em relação a isso: se tiram os coutos e arranjam os passeios. Em frente ao edifício Albufeira, na Praça dos Pescadores, também estão lá buracos, na Rua da Escola Secundária igual, e junto à Habijovem também. Há inúmeros sítios onde as árvores foram cortadas ou arrancadas e não foram replantadas. Entre a estrada do Inatel para as Areias de São João, junto às paragens dos autocarros, tem ferros pontiagudos no chão, no passeio e vários sinais de trânsito também foram partidos e ficaram lá bocados de metal. É perigosa esta situação e não é muito difícil de resolver." -----

Francisco Oliveira: "Chegou-nos uma informação, por parte dos serviços da Assembleia Municipal, com duas cartas que o Presidente remeteu quer ao Sr. Primeiro-ministro, quer ao Tribunal de Contas, relacionadas com a questão, que já dura há algum tempo, do pagamento de senhas de presença aos Presidentes de Junta de Freguesia no que diz respeito à Assembleia Municipal. Estive a ler o artigo com um pouco mais de atenção e queria deixar esta nota: é uma questão de interpretação jurídica, mas quando se diz que os eleitos locais, que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária e extraordinária do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem. No meu modesto entender, parece-me que estamos a referir ao órgão a que os Presidentes da Junta pertençam. Não tem logica que, pertencendo à Junta de Freguesia, e estando em permanência ou meio tempo, indo às reuniões da Junta de



Freguesia e reuniões das comissões relacionadas com a Junta de Freguesia, que possam ter senhas de presença. Ou seja, todos aqueles que pertençam a este órgão, e não estejam em regime de permanência, deverão ter, efetivamente, direito ao pagamento. Esta interpretação do "respetivo órgão", segundo o que li na carta que o Presidente remeteu, é uma interpretação extensiva no sentido de qualquer órgão a que os Presidentes de Junta pertençam. Eu faço uma interpretação mais literal, mais estrita, no sentido que, efetivamente, os eleitos locais não devem receber senhas de presença dos órgãos a que pertencem, no caso das Juntas de Freguesia, ou no caso de serem Vereadores, em todas as reuniões de executivo. Parece-me que, se os Presidentes de Junta estiverem em reuniões de outros órgãos, que não o órgão a que pertencem, aí a interpretação poderá ser diferente e poderá permitir essa situação. É a interpretação que eu faço e deixaria esta nota para ser levada em conta." -----

Domingos Coelho: "No âmbito dos caminhos, gostava de saber se está prevista a beneficiação na estrada das Chaiças, tendo em conta o estado de degradação em que se encontra e o trânsito que por ali circula. Outra questão tem a ver com o Castelo de Paderne: para quando e se está prevista a abertura do castelo de Paderne." -----

Presidente da Câmara: "Começando pelo castelo de Paderne. Recentemente tivemos a visita do Ministro da Cultura e o Ministro veio inteirar-se da situação do castelo. Há várias questões que se colocam: a do acesso é algo que vai carecer de ser feito um protocolo, está sujeita à Direção Regional de Cultura, com a Câmara Municipal e com a Junta de Paderne. Estas três entidades, sob a direcção da Direção Geral de Cultura, é que irão intervir no sentido de o castelo poder ter mais e ser mais divulgado e mais acessível a ser visitado. Neste momento já existem algumas visitas, que são solicitadas através do Museu Municipal de Albufeira. Através da Junta de Freguesia também poderão ter acesso ao castelo. De qualquer forma, estamos em sintonia com a Direção Regional de Cultura e com o Ministério da Cultura no sentido de se encontrar, não só o melhor caminho para o castelo e a sua visita, mas também para a recuperação que é necessária ser feita. E há outras questões que se colocam que têm a ver com a vigilância do mesmo, pois temos de considerar utilizações menos apropriadas do castelo e que carecem de vigilância. Como sabe, houve uma altura em que tinha uma iluminação bonita, que se via da Via do Infante, e tudo isso foi vandalizado e roubado. Há que ser repostado e com algumas condições para que isso não volte a acontecer. É uma questão que está na ordem do dia para ser resolvida. Quanto à intervenção do Francisco Oliveira é uma questão que diz respeito à Assembleia Municipal, embora



tenha uma posição sobre essa matéria e que mantenho na íntegra. Quanto às árvores, houve árvores que foram arrancadas - os serviços técnicos terão tido razões para o fazer - houve árvores que tiveram de ser abatidas pois levantavam caminhos, o que provocava algumas quedas. As palmeiras que estavam em frente à Câmara foram retiradas porque morreram, por causa do escaravelho. Neste momento temos uma grande escassez de recursos humanos e não conseguimos acudir a tudo ao mesmo tempo." -----

Vereador Rogério: "De facto, algumas árvores foram cortadas no município, essencialmente na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, mas a maior parte das árvores que o Sr. João indicou não são da responsabilidade do município. Todo o loteamento que está a norte do eixo viário, desde os Bombeiros até à Rotunda dos Relógios até às piscinas, não me recordo o nome do loteamento, não tem nem receção provisória, muito menos definitiva, e todas essas árvores que foram abatidas são da responsabilidade do loteador. A Câmara teve conhecimento mas não teve qualquer intervenção. Na minha opinião pessoal, se tivesse que dar autorização para abater muitas daquelas árvores, daria. Porque foram árvores de grande porte, plantadas em passeios com um metro de largura, em que as árvores ocuparam todo o passeio e uma pessoa quase que não conseguia passar, muito menos pessoas com carros de crianças, ou com mobilidade condicionada. Tenho bastantes reclamações de pessoas que lá vivem e a resposta era sempre a mesma: que o loteamento não está rececionado. Há árvores de que assumi o abate, algumas na Quinta do Infante, mas, se foram lá visitar, viram que foram plantadas em canteiros com um metro quadrado árvores que cresceram dez ou doze metros de altura, partiram os muros dos proprietários desses lotes e depois era reclamações para pagar a reconstrução dos muros. Tenho pena que o Sr. João só criticou o abate de algumas árvores. Por exemplo, no Jardim de Vale Faro plantámos muitas árvores; o eixo viário foi todo repostado com palmeiras que faltavam há muitos anos. O município gastou cerca de quarenta mil euros em aquisição de árvores que foram todas plantadas no concelho, ninguém levou árvores para casa. Ainda vão ser plantadas mais árvores: por exemplo onde falou, na Rua Bartolomeu Dias, vai haver requalificação de plantação de árvores. Outra coisa que também desconhece é que a maior parte dos arruamentos que estão ali na zona dos Correios, junto à Câmara, não é propriedade pública, é privada. A Câmara ali só tem metro e meio de passeio, todo o restante é privado." -----



Presidente da Câmara: "Em relação ao Sr. Cândido Reigado, são datas que têm, de facto, grande importância e, naturalmente, que estamos a preparar a celebração dessas datas e esperamos que a CDU participe ativamente nessas comemorações. Quanto aos caminhos e saneamento que refere, há zonas no concelho que ainda estão em falta e, neste momento, os nossos serviços estão a verificar essas zonas e já há zonas onde irão ser alargados de forma a poder fornecer certas zonas do concelho que ainda não têm essas infra-estruturas. Será um processo de investimento progressivo que iremos fazer, ao longo dos anos. Existe um plano, que está a ser feito em sede de serviços, para ir alargando quer a rede de águas quer a rede de esgotos." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Relativamente ao alargamento da rede, os serviços estão a fazer um estudo sobre esta situação, sendo que para Paderne, relativamente a águas residuais, temos previsto um valor de cerca de trezentos e setenta mil euros. Toda a rede vai ser prolongada, isso já está contemplado no orçamento." -----

Presidente da Câmara: "Quanto à intervenção do Sr. Francisco Guerreiro: estão a ser verificados todos os terrenos com possibilidades de se fazer habitações sociais, os serviços estão a trabalhar nisso. É um dos pontos em que Albufeira tem maior carência. Temos bastantes pedidos, temos muitas pessoas em lista de espera e estamos a ver todas as possibilidades. Quanto às formas de financiamento, temos várias formas: uma das hipóteses é a construção a custos controlados, mas, neste momento, o que está a ser estudado são as possibilidades que temos, em todo o concelho, de fazer habitação social. Em relação à questão das casas degradadas nos Matos, já estou a insistir nesse assunto com os serviços para se encontrar uma solução. Quanto à questão, se sou inimigo de Paderne, cada um diz o que quer e eu nem me irei pronunciar sobre isso. De facto, sou amigo de Paderne assim como sou das outras freguesias de Albufeira e Paderne até é uma freguesia pela qual tenho um especial carinho e bastante ambição. Temos uma situação que vem de trás, que é a Faceal, onde tenho insistido com o administrador, no sentido de podermos concluir o processo de aquisição. Fiz-lhe propostas no sentido de tentar baixar o preço: tentámos fazer uma avaliação a preços atuais, como sabem a imobiliária caiu e caíram os preços. Demos conhecimento disso ao juiz. Sei que o principal credor, o Montepio, acorda numa solução em que possa haver um abaixamento do preço e estou a tentar que isso aconteça. Já temos uma escola de formação, numa área bastante inovadora no Algarve, que tem a ver com uma ligação à escola de marinharia, em que haverá uma dotação dessa escola para habilitar tudo aquilo que seja arte do mar, desde os salvamentos,



tripulações para navios, desde embarcações de carácter turístico. Vai haver formações, o que atrairá, naturalmente, a Paderne muita juventude, que virá de todo o Algarve e do país. Porque será uma escola inovadora, neste momento já está em curso o seu projeto, já está a ser apreciado a nível europeu, tendo a Câmara, não sendo dona da Faceal, já feito uma carta de conforto no sentido de que, adquirindo o terreno, estaremos abertos a esse projeto. É uma área que nos solicita cerca de cinco hectares e a Faceal tem vinte e tal hectares. É um projeto a ser instalado ali, caso venha a ser aprovado a nível europeu e caso consigamos adquirir a Faceal. Foi um projeto que consegui que viesse para este concelho, além de outros projetos que temos para Paderne, designadamente a Avezinha, que estamos com toda a disposição de apoiar financeiramente. E quanto à minha amizade com Paderne, tenho a minha consciência tranquila. Quanto à intervenção da Soraia, relativamente ao carro abandonado, tomei nota. Em relação ao orçamento participativo, o centro de bem-estar animal já está com o projeto acabado, bem como o caderno de encargos, estará a ser colocado em plataforma dentro de breves dias, assim que haja fundos disponíveis para isso sei que está preparado para avançar. Quanto ao abate de animais pelos serviços veterinários, os nossos veterinários, com certeza que funcionam bem. Se houver reclamações nessas matérias, é dirigir um requerimento, devidamente fundamentado e assinado, para responsabilizar aquilo que dizem ao fazer esse tipo de acusações. Se há questões de acusação aos serviços de veterinária, além de termos um vereador do pelouro, eu próprio não pactuarei com ilegalidades que sejam cometidas. O Carlos Fernandes questionou sobre a delegação de competências por causa do arranjo dos caminhos. A Câmara não proibiu, até agora, ninguém de arranjar caminhos. Algumas Juntas já vieram perguntar se podiam arranjar determinados caminhos e eu autorizei. Fizemos de urgência a delegação de competências, porque mais uma vez a Freguesia de Ferreiras está outra vez com aperto financeiro. Mas não é só o Presidente da Câmara de Albufeira que vai fazer a delegação de competências. Que eu saiba, tem de haver dois lados e tem de haver um entendimento entre a Câmara e a Junta. Também não quero entrar em caminhos de nos virem pedir, quando sabemos que isto obedece a uma série de regras, este mundo e o outro como foi o caso de nos pedirem um milhão de euros. Estou aberto a situações razoáveis, os meus serviços estão instruídos para isso, a Dr^a Carla Farinha está à disposição dos Presidentes de Junta para quando quiserem colocarem no papel aquilo que pretendem, as verbas que pretendem e para o que querem, para posteriormente avaliarmos. Até agora nunca fechei a porta a isso, tenho



estado sempre aberto, assim como os serviços da Câmara. Se há alguma falta de sintonia, não apontem o dedo só ao Presidente da Câmara porque esta situação tem dois lados. Repito: eu estou aberto a estudar situações que sejam razoáveis e que façam sentido. Estou e sempre estive." -----

Carlos Fernandes: "Obrigada Presidente. Foi a primeira vez que fiquei esclarecido, na Assembleia Municipal, sobre a questão da delegação de competências porque nunca se falou tão abertamente sobre isso. "-----

Francisco Guerreiro: "Só para apontar mais uma situação: quando levantei a questão da habitação social, lembrei-me que vi no jornal uma notícia que a Câmara tinha comprado um edifício para habitação social. Se é para habitação social comprou muito bem. Existe um projeto de saneamento básico na zona de Alcaria e gostava que os serviços vissem qual é a viabilidade de esse projeto andar e se há financiamento para isso. Nunca tive hábito de criticar fosse o que fosse mas já tenho pensado, várias vezes, que andei trinta anos enganado. Andei enganado em benefício da população porque praticamente todas as vias que estão aí feitas em betuminoso foi esta junta que executou. Fico preocupado, as pessoas queixam-se e alguma coisa tem que se fazer. No outro dia falei com o Dr. Rolo, todos os projectos que foram feitos, foram feitos com a ajuda da Câmara e agora há alguns caminhos para serem entregues à instituição e têm estado parados porque a empresa que os fez tem a caução para receber. Gostava que vissem isso e que resolvessem isso porque tudo o que foi feito foi feito com a ajuda da Câmara." -----

Domingos Coelho: "Já tinha falado noutras ocasiões do alargamento da rede de águas residuais. Penso que há outra questão envolvente a isto que tem a ver com a ligação com das moradias à rede. Quando se diz que a cobertura é de oitenta por cento no concelho, longe disso! Porque há zonas onde existe, de facto, a rede e não há ligação. Fazia um desafio aos serviços e ao executivo que era baixar a taxa de ligação à rede, obrigar os munícipes a fazer essa ligação e ganhávamos todos. Ganhava a Câmara, que fazia mais receitas, ganhava o munícipe, que fazia a ligação mais barata, e ganhava o ambiente, porque deixava de ter milhares de fossas a funcionar. O que existe hoje é uma hipotética cobertura de oitenta por cento, mas, efetivamente, nem cinquenta por cento." -----

Soraia Rodrigues: "Relativamente às questões que colocámos, ficamos sem resposta quanto ao assunto das novas acumulações de água posteriores a um de Novembro que se registaram em Albufeira e Olhos de Água. Relativamente à questão que fizemos de



um formulário dos serviços da autarquia, nós temos em formato digital e trata-se de uma declaração de entrega de canídeo e, apesar de não discordar das suas declarações, acho que temos todo o direito e dever de, quando as pessoas nos pedem informações, defender os serviços técnicos, se assim o for, mas também fazer valer a informação que as pessoas nos pedem. E foi nesse sentido que colocámos a questão e pedimos o esclarecimento em relação a esta matéria. Porque a tal declaração que estou a falar, a dada altura, pede uma autorização para haver um abate de um canídeo que se entregue caso não se consiga arranjar um dono. Não sei se isto não irá contra alguma legislação da defesa dos animais e gostávamos de obter esclarecimentos disto, se não for possível hoje, posteriormente.” -----

José Pimenta: "Gostaria de expor dois pontos e depois duas clarificações sobre recomendações que fizemos aqui: Na Rua do Gamito houve um desmoronamento no passeio no dia um de Novembro e até à data não foi nada feito. Há cerca de dois anos falei de um lençol de água que se forma a sul da Habijovem, na Rua da Palmeira. Não é difícil, é barato até, basta abrir um sumidouro e ligar a águas pluviais. Na reunião da Assembleia de dezassete de Dezembro a CDU apresentou uma recomendação a esta Assembleia sobre a faturação da água, que gerou uma certa troca de impressões e alguma polémica, chegando o Presidente a apelar ao PS para derrubar a mesma. Independentemente disso não foi por isso que trouxemos este assunto a esta Assembleia. O que leva a CDU a trazer novamente o assunto são dois pontos que gostaríamos de clarificar: na reunião da Câmara de seis de Dezembro foi votado o considerando que veio da parte do VIVA, que diz, *a necessidade de redução do tarifário a curto prazo, associado ao consumo da água*. A CDU não compreende a polémica. Outro assunto é sobre os vários tarifários que existem no Algarve. Eu tinha referido que aqui em Albufeira era o tarifário que se pagava mais caro. Quando me refiro a tarifário, diz respeito a água, saneamento e resíduos sólidos. Fiz o estudo, corri todos os concelhos e verifiquei que a facturação da água mais cara é como eu tinha dito, a de Albufeira. A Vereadora Ana Vidigal disse aqui que mais barata só Alcoutim e Aljezur mas eu fiz o estudo e tenho aqui os valores. Fiz o estudo sobre oito metros cúbicos de água para um agregado de três pessoas e todas eles me dão uma faturação abaixo dos vinte e seis euros, que é mais ou menos aquilo que se paga em Albufeira. Outra situação: trouxemos aqui uma recomendação, no dia vinte e três de Abril de dois mil e quinze, sobre defesa da saúde pública no Barranco de Valemangude. O Presidente disse que a recomendação já vinha fora de tempo porque a situação já



estava a ser resolvida. Aliás, o PSD, na altura, era de acordo com esta recomendação. O único problema era ir para a comunicação social. Nós retirámos essa situação e, entretanto, o PSD absteve-se e nem votou a favor. Mas o que é certo é que a situação está pior: com a intempérie de um de Novembro tudo ficou pior. Chamo a atenção para este assunto, que deve levar por parte da Câmara um tratamento. Fazem a mínima ideia de quanto custava a água em dois mil e nove? Não chegava a cinco euros para uma família de três pessoas, oito metros cúbicos de água. Só para ficarem a saber do aumento de água que houve em Albufeira. Vou ler uma saudação em relação ao dia internacional da mulher." -----

José Pimenta lê documento. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Começando pelo Dia da Mulher, que é, de facto, um dia que deve ser assinalado, e o município está a fazer preparativos para assinalar essa data. Em relação à intervenção do Francisco Guerreiro: como sabe comprámos um edifício para habitação social, na freguesia de Ferreiras, mas também não é só para habitação social. Iremos, em sintonia com o Presidente de Junta, fazer ali as instalações para a Junta de Freguesia de Ferreiras, que não tem umas instalações próprias e paga uma renda anual de dezanove mil euros. A aquisição foi feita por vários motivos: o preço pareceu-nos bom e porque temos grande necessidade, no concelho, de habitação social. Já temos em vista outros terrenos, que os serviços estão a assinalar para se fazer um programa forte nessa matéria, porque é uma área social em que o concelho está bastante carente. As Freguesias de Ferreiras e Olhos de Água são as únicas que não têm lar de terceira idade e estamos a desenvolver esses processos. Já tivemos reuniões com a Segurança Social uma vez que a legislação já foi alterada desde a altura em que esses projetos foram feitos e para dotar esses empreendimentos de sustentabilidade financeira. Porque não será a Câmara a fazer a exploração desses empreendimentos. Convém que eles sejam racionalmente económicos, para que depois possam ser auto-sustentáveis. Nesse sentido, quer o autor do projeto dos Olhos de Água, quer o autor do projecto na Ferreiras, já reuniram com os serviços técnicos da Câmara e com os serviços técnicos da acção social, para definirem as alterações aos projectos, uma vez que, por parte da Câmara, há vontade política para se vir a fazer esses dois projectos. Estes dois, porque são precisamente as duas freguesias onde não há este tipo de apoio. Temos outro projecto que está para avançar, em conjunto com a Segurança Social, perto da Câmara, que neste momento é da ASHA. Há um programa forte neste sentido porque é das coisas que temos maior carência neste concelho, em



termos sociais: a falta de lares. À partida, terá de ser o município a suportar, na íntegra, estes projectos, dado que, quer da parte da Segurança Social quer da parte da Europa, não há quaisquer verbas para acudir a este tipo de situações. Quanto à questão da acumulação de água: não tenho uma resposta certa sobre isso. Foram colocadas duas hipóteses pelos serviços técnicos: primeiro ter havido entupimento resultante das cheias de um de Novembro, em que houve uma acumulação imensa de lamas. A outra hipótese que se colocou, foi que, na saída do caneiro, na praia, ter havido aí uma acumulação de areias que impediram que as águas saíssem. Não sabemos se esse entupimento aconteceu nas canalizações dentro da povoação ou se foi na saída. A Câmara Municipal contratou um especialista na matéria, que foi o mesmo que fez o projeto de drenagem da Câmara de Lisboa. Já tive duas reuniões e já nos deu algumas dicas sobre o estudo a ser feito. A melhor solução passará por haver um escoamento natural, que se processe sem intervenção, que não exija a permanência de recursos humanos e passará por ser um túnel novo. A vantagem do túnel é que não tem obras de superfície, o que provocará o mínimo de distúrbios na vida dos cidadãos enquanto elas são feitas. Deverá essa saída ser feita de forma a não colidir nem com as marés altas, nem com a previsão de maré alta com tempestade, e nem com a previsão de que o nível dos mares irá subir, neste século, cerca de setenta centímetros. Portanto, a previsão terá de prever tudo isto. Um dos locais possíveis seria na zona entre o Rossio e o Porto de Abrigo. Tudo isto ainda vai ser objeto de estudo, vamos envolver nisto o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que terá de fazer todas as sondagens necessárias para a execução deste projeto, para evitar surpresas na sua execução. Já tenho um pedido feito para agendamento de uma reunião com o Presidente da Câmara de Lisboa, no sentido de podermos, de alguma forma, juntar forças para estes projetos. Porque, só o mandar fazer a máquina própria para fazer um túnel destes, são números que assustam um bocado. Os números que eu vi foram doze milhões de euros e será bom que exista união de esforços. Vai ser um estudo que irá ter várias sessões com o público, é um investimento grande. Naturalmente que se quer envolver toda a população do concelho para que este estudo seja algo que as pessoas digam que querem porque estamos a falar de um sacrifício no orçamento da Câmara Municipal, em termos financeiros, que andarà na ordem de doze milhões de euros. Este túnel também poderá ter a vantagem de nele poderem ser incorporadas uma série de águas de superfície, para além daquela que vai da Ribeira de Albufeira, que, naturalmente, escorre hoje toda para o centro de Albufeira. Portanto, se podermos evitar que grande parte



dessas águas escorram para o centro de Albufeira, também será importante. Uma das situações que ele também refere é que hoje há uma ligação do túnel da parte por baixo do Sol e Mar ao caneiro da Vinte e Cinco de Abril e, numa primeira análise, entende que essa ligação é um erro porque, quando as águas correm pela ribeira, ao irem para o caneiro, o caneiro em vez de servir para escoar as águas, ainda mete água que não devia ir para aquela zona da Vinte e Cinco de Abril e Cândido dos Reis. Tudo isso irá ser estudado e objeto de ação. Espero ter esse estudo finalizado até ao final deste ano. Tomei nota do desafio do Domingos Coelho. Sei que é verdade que há questões relacionadas com a ligação mas muitas vezes a questão não reside na taxa de ligação, reside muitas vezes na obra de ligação e na impossibilidade económica das pessoas. Mas o seu desafio irá ser visto porque, de facto, faz todo o sentido. Também tomei nota da questão de Valemangude e vamos ver o que se pode fazer. Não foi só em Valemangude que ficou pior. Temos inúmeras linhas de água que ficaram muito piores e, neste momento, estamos a fazer intervenções fortes em várias linhas de água. Estão a ser empresas contratadas para o fazer, por incapacidade que temos de fazer tudo isso, e vou passar a informação de Valemangude aos serviços para agirem também aqui.”-----

Vereadora Ana Vidigal: “O Sr. Pimenta enunciou umas declarações minhas, na qualidade de vereadora, sobre a necessidade de redução dos tarifários associados ao consumo da água. Relativamente a essa situação, não terá mais vontade de alterar os tarifários da água, sendo possível, do que eu, e julgo que este executivo. Estamos, efetivamente, a fazer o estudo e muito em breve estará feito. Relativamente à questão do Domingos Coelho, é verdade: neste momento em Paderne há duzentas fossas que não conseguem ser ligadas à rede pública porque há dificuldades económicas por parte das pessoas. Este é um problema social grave.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----

Francisco Oliveira: "Só para realçar um ponto que tem a ver com os valores em caixa e com os valores em tesouraria. O valor em caixa, neste momento, por parte da Câmara Municipal, é de quarenta milhões, zero oitenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três euros, ponto cinquenta e nove, com mais um milhão cento e setenta e oito mil duzentos e sete, ponto trinta e nove, que dará cerca de quarenta milhões e duzentos mil euros. A Câmara Municipal, neste momento, tem uma capacidade financeira para além do que era normal, das situações que se verificaram entre dois mil e oito, dois mil e nove e os anos subsequentes. Parece-me pertinente, até presente nas palavras do membro da Assembleia, Francisco Guerreiro, que, se calhar, haverá aqui alguma verba para conseguir resolver alguns dos caminhos de Paderne e de outras freguesias." -----

Presidente da Câmara: "Concordo com a intervenção do Francisco Oliveira, havendo essa disponibilidade de tesouraria, porque neste momento ainda não está totalmente disponível, naturalmente que os caminhos irão ser arrançados."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das actas de 25-11-2015 e 17-12-2015;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as actas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 25-11-2015: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03): Ana Cristina Oliveira, João Cabrita e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A acta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 17-12-2015: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04): Soraia Rodrigues, Vera Simões, Ana Cristina Oliveira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a Favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Designação de quatro membros para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, na sequência de renúncia dos anteriores membros;----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Eugénia Baptista lê documento. (Doc. 3, anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira: "Temos uma lista a apresentar mas, no âmbito da declaração feita pela bancada do PSD, gostaria de fazer um reparo. De facto, a Lei foi feita para se cumprir, justa ou injusta, e parece-me que esta posição será um pouco ofensiva para aqueles que necessitam da protecção de crianças e jovens. O facto de a Lei ser injusta não determina que se deixem estas instituições ao abandono. Poder-se-á lutar, poder-se-á tentar mudar a Lei, mas daí a fazer vista grossa a estas situações parece-me um pouco exagerado. Nesse sentido, o PS, o Grupo Viva e a CDU, independentemente da injustiça agora referida, vão apresentar uma lista."-----

Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista, que ficou designada por "Lista A". (Doc. 4, anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta, designada por lista A, por escrutínio secreto.

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: catorze (14) votos; -----

VOTOS EM BRANCO: onze (11) votos; -----



Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleitos os seguintes membros: -----

Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões; -----

Miguel Ângelo Coelho Clemente da Silva; -----

Ivânia Correia Mascarenhas; -----

Ema Regina Moura de Almeida Cândido Martins Pimenta.-----

PONTO QUARTO

Tomada de conhecimento da alteração de denominação da sociedade da empresa adjudicatária do procedimento para aquisição de serviços de certificação legal de contas do município de Albufeira, para os exercícios económicos de 2015 e 2016, Abreu & Cipriano, Auditores, SROC; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quinto e sexto e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUINTO E PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas de marca MERCEDES, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 16.000,00€ + IVA; ----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento contínuo de peças e acessórios para viaturas de marca MAN, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 24.400,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUINTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço,



Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO SEXTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de delimitação da área de reabilitação do centro antigo da cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento Municipal de Ruído Ambiental;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, do Regulamento Municipal de Ruído Ambiental, a bancada do Partido Socialista tem uma posição um pouco mais abrangente. Entende que o Regulamento Municipal é importante; no entanto, este regulamento não poderá funcionar sem uma efetiva fiscalização e sem uma questão muito mais importante que é a delimitação, que já foi iniciada, pensamos nós, por via do PUCA. O Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira determinou áreas de animação turística, e áreas de habitação, de modo que este tipo de situações não podem ocorrer de um momento para o outro. Entendemos que o regulamento em si, não vem alterar substancialmente a situação em que se encontra. Há, de facto, que fazer alterações profundas - eu diria no ordenamento urbano - mas isso levará o seu tempo e é nesse sentido que a bancada do PS se irá abster." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: onze (11) Francisco Oliveria, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, João Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a Favor: catorze (14): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NONO

Tomada de conhecimento da proposta de alteração referente ao Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DÉCIMO

Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de abertura de procedimentos concursais, por contrato de trabalho em funções públicas, pelo prazo de um ano, nomeadamente: Técnicos Superiores (5), Assistentes Técnicos (3), Assistentes Operacionais (65) e Polícias Municipais (5); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de regulamento de utilização, exploração e funcionamento dos parques de estacionamento P5 e P6 e estacionamento à superfície na Av. da Liberdade; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Um dos problemas das cidades é a sua desertificação em termos de residentes nos centros históricos. Para que se possa atrair população, principalmente população jovem, temos de dar alguns incentivos. Penso que aqui era uma boa altura de fazer essa discriminação positiva. Poder-se-ia contemplar uma tarifa especial para casais jovens, que se instalassem na baixa de Albufeira, ou para famílias com menores recursos. Não se compreende como é que o estacionamento à superfície, ao ar livre, é mais caro do que o estacionamento em parque coberto." -----

Francisco Oliveira: "O regulamento, em si, não me oferece grandes reparos. No entanto, o conhecimento que tenho tido é que tem havido alguns problemas no que diz respeito à tarifação por parte de empresas concessionárias de alguns parques de estacionamento. Penso que é essencialmente no caso do P5. Supostamente a concessionária deste parque estará a cobrar, nos meses de verão, de época alta, valores que são para além daquilo que é correto. Isso implica, necessariamente, a aplicação de multas ou sanções. A questão que coloco é que, neste caso concreto, se apertassem as malhas a esse tipo de penalização, uma vez que este contrato é de mera regulamentação, exploração e funcionamento, mas gostaria de saber, efectivamente, quais as medidas a tomar em caso de incumprimento e em caso de alteração das tarifas que estão propostas e que, eventualmente, venham a ser cobradas para além dos montantes que estejam fixados." -----

Soraia Rodrigues: "Relativamente a este ponto, uma das questões que queríamos referir é a de existir uma isenção no parque à superfície, na Avenida da Liberdade, para pessoas com mobilidade reduzida, e que nós até concordamos, mas, depois, essa isenção não se aplicar aos parques cobertos - o VIVA discorda desta questão. Porque consideramos que a autarquia não consegue garantir uma acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, em segurança, ao centro antigo. Se não há esta garantia, das pessoas que têm dificuldades em se deslocarem por elas próprias poderem aceder à baixa de forma segura sem levar um veículo, então que essa questão possa ser facilitada aplicando esta mesma isenção aos parques P5 e P6. É um ponto que colocamos



à consideração. Relativamente aos preços que estão aqui propostos, temos alguma dificuldade em aceitar: como é que se cobram os mesmos preços num parque que é coberto, que é vigiado, comparativamente com um parque que está à superfície, não tem a mesma vigilância, a mesma segurança e que não protege as pessoas que o utilizam de chuva e outras questões que possam existir. Achamos que não há aqui um equilíbrio de preços comparativamente a estas situações. Queremos perguntar se não seria razoável, uma vez que temos o P6 e o parque à superfície da Avenida da Liberdade, e estão os dois muito próximos um do outro, e considerados numa zona de serviços, com clínicas, consultórios, outros serviços importantes para a população, se não haveria a hipótese de alterar esta questão e poder ter alguns lugares de estacionamento que não fossem taxados. Porque consideramos que uma pessoa que reside em Albufeira e que necessite de se deslocar lá em baixo, que não seja apenas para lazer, terá uma enorme dificuldade em conseguir estacionar o carro. Até tenho dificuldade em conseguir lembrar-me de qual será o estacionamento mais próximo que não seja taxado naquela zona. Uma vez que já existe um P5, com grande capacidade, existe um P6, será que num espaço de cento e cinquenta metros, se falarmos da Avenida da Liberdade, se deva cobrar todos os lugares de estacionamento que existem na zona? São questões que deixamos aqui à consideração. Gostaríamos, ainda, de perguntar porque que neste regulamento não foi considerada uma isenção, que já existiu, em tempos, na época baixa, em que se podia isentar das primeiras duas horas, as pessoas que utilizassem o P5, por exemplo, se fizessem despesas e as comprovassem no guiché que existe dentro do parque. Esta situação já existiu, em tempos, e gostaríamos de saber porque que isto não foi considerado nesta proposta de regulamento. Há uma proposta relativamente à isenção de lugares para pessoas com mobilidade reduzida. Podemos redigi-la e a nossa proposta será, à semelhança do que é feito com os lugares para pessoas com mobilidade reduzida no parque à superfície da Avenida da Liberdade, que os lugares de estacionamento, para pessoas com mobilidade reduzida, do P5 e P6 também sejam isentados, tendo como fundamento o facto de o município não conseguir garantir o acesso de pessoas com dificuldades motoras ao centro antigo em segurança. Uma vez que a Rua do MFA, a Rua do Pau da Bandeira e todas as vias de acesso não têm passeios e condições para que as pessoas se desloquem autonomamente, em segurança e sozinhas." -----

José Pimenta: "Isto é uma alteração ao regulamento, em relação aos lugares para cargas e descargas. A empresa vai onerar com o aumento de taxas de ocupação do



parque de estacionamento e, ao mesmo tempo, também vai aumentar o horário de pagamento. Havia três tabelas. Com este regulamento passam a vigorar duas tabelas. Por esse motivo nós não estamos de acordo com esta alteração.” -----

Carlos Santos: “A nível da Avenida da Liberdade, onde temos o P6 e o chamado estacionamento à superfície, temos três situações distintas: temos o parque que está vigiado, tem iluminação, temos no início da avenida, do lado direito, um outro parque com cancela, o que obriga a que a viatura, para sair, tenha de abrir a cancela, e depois, na parte de baixo, perto do terminal dos autocarros, temos toda a outra zona só com parquímetros. Ouvei muito bem o que foi referido, que embora o preço seja o mesmo, por hora, há situações distintas. Os senhores do P6, nos outros dois anos, de inverno, fecharam o P6. Este ano, por razões óbvias, com as cheias de um de Novembro, mais razão tinham para fechar. Mas há uma situação que não vi referida e que chamo a atenção: tentamos levar o máximo de pessoas para o centro de Albufeira, para beneficiar o comércio tradicional e para que não haja uma desertificação a nível comercial durante o inverno. Eu não vi aí nenhum benefício a nível dos meses de inverno. Há uma redução nas horas mas é preciso ter em conta que, a partir das cinco da tarde, de inverno, quase ninguém circula no centro de Albufeira. A outra situação que não vi aí é que o estacionamento está taxado vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Penso que se houvesse uma benesse, no inverno, aos sábados, domingos e feriados, que a empresa não cobrasse, beneficiava a ida de pessoas para o centro de Albufeira.” -----

Presidente da Câmara: “Em primeiro lugar, há uma discriminação entre o verão e o inverno: há preços diferentes, mais baixos no inverno, conforme os tarifários aqui previstos. Em relação aos residentes, podem ser feitas avenças nos vários parques. Há umas horas noturnas em que não é cobrado. Portanto, a afirmação de que é vinte e quatro horas por dia não corresponde à realidade. Como foi referido, de já ter havido no P5 uma altura em que não se cobrava nada, isso foi numa altura em que era a própria Câmara que explorava esse parque. Houve uma entidade que fez o novo parque, o da Avenida da Liberdade, e na altura se fez o enquadramento de também explorar o P5. Tentamos equilibrar o mais possível estas alterações e estamos abertos a que possam ser vistas novas alterações mas não me parece que exista uma grande liberdade nesta matéria.” -----

Carlos Fernandes: “No P6, que é um parque coberto, abril, maio e outubro, por hora são oitenta cêntimos; à superfície, na Avenida da Liberdade, o mesmo período de tempo,



abril, maio e outubro é um euro. Eu, à superfície, estou a pagar mais que no parque. De junho a setembro temos um euro e meio por hora à superfície, e no parque é um euro. Acho que, no mínimo, devia estar ao contrário. " -----

Vice-Presidente: "Relativamente ao facto de o preço do P6 ser inferior ao preço do parque à superfície, depende das perspectivas. Se quisermos pensar que à superfície não é vigiado, não é coberto, aí o preço teria de ser ao contrário. Mas é para motivar a que as pessoas deixem o carro no parque de estacionamento construído. Se não quiserem andar tanto, pois deixam no parque à superfície e pagam um pouco mais. Foi falada a questão das multas, do incumprimento das tarifas que o explorador possa ter. Aqui não estão consideradas multas, é um regulamento de funcionamento. Assim como foi multado em dois mil e quinze, pode vir a ser multado, caso não cumpra as tarifas que estão a ser aprovadas. A exploração foi entregue a uma empresa, com sede em Braga, que construiu o P6, aquilo que a Habipro deixou por construir, e ficou com a exploração de todos estes parques em troca da construção. Isto é uma forma de a empresa exploradora recuperar algum do investimento. O regulamento não é um documento estático, é dinâmico. Quando se verificar que existem algumas incongruências, poderá ser alterado." -----

Presidente da Câmara: "Na Avenida da Liberdade a taxaço já não é vinte e quatro horas, é: de junho a setembro, das nove à uma da manhã; e nos restantes meses das nove às dezanove. Aqui há muitas hipóteses de melhoramento. Os senhores é que têm de decidir o que querem mas acho que deve haver um regulamento sobre isto, um regulamento que seja razoável." -----

Hélder Sousa: "Só para fazer uma observação: aqui nos documentos necessários para fazer o cartão de residente, o cartão de eleitor é algo que já não existe. É necessário é o Cartão de Cidadão e o atestado de residência é para ser emitido pela Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, no artigo vigésimo terceiro, ponto 2, alínea f) e h)." -----

Mário Gaspar: "Gostava de comparar a questão dos preços do P5 com o parque do Pau da Bandeira. O parque do Pau da Bandeira, todo o ano, tem o preço mais baixo que o P5. Tem a diferença na questão das avenças: a avença mensal na época baixa é de trinta euros, enquanto no P5 é de cinquenta; e na época alta é de quarenta euros. É sempre mais baixo que o P5 e está a uma distância bastante curta. O estacionamento à superfície não é taxado as vinte e quatro horas, mas no P5 e P6 é taxada vinte e quatro horas. No parque do Pau da Bandeira, se uma pessoa deixar lá o carro vinte e



quatro horas, paga, se não me engano, seis horas: é pago sempre, no máximo, seis horas. Há uma grande diferença entre esse parque e o P5, que está logo abaixo. Ouvi a explicação do Dr. Rolo sobre a diferença de preços do parque à superfície e do P6. A leitura que eu tive, é uma forma de deixar o carro no parque coberto e deixar aqueles lugares vagos. Mas, se formos ver bem, no verão, em que todos os lugares são escassos, não faz qualquer sentido continuar a haver uma diferença do parque coberto, pagar-se metade do preço que se paga no parque à superfície. Não sei se não seria uma boa ideia este documento voltar atrás e haver aqui algum tipo de modificações na questão do preçário." -----

Presidente da Assembleia: "É uma proposta de retirada do ponto?" -----

Mário Gaspar: "Sim." -----

Presidente da Assembleia: "Há aqui uma posição para que o ponto seja retirado e seja devolvido à Câmara Municipal para melhor instrução." -----

Presidente da Câmara: "Não vejo que isso seja possível. Nós não retiramos o ponto. Enviamos para a Assembleia, mas se a Assembleia entende que deve retirar..."-----

Presidente da Assembleia: "O ponto voltará como está à Assembleia. A Câmara não altera porque senão tem de ser alvo de nova discussão pública." -----

Mário Gaspar: "Se a proposta vem de igual forma, podemos avançar." -----

Adriano Ferrão: "Quando olho para o preçário, no parque à superfície impera a lógica da proximidade nos meses de primavera e verão. Isso onera o preço desse parque nessa altura do ano. No inverno onera-se a cobertura e, por isso, onera-se o P6. Parece-me bastante razoável." -----

Às vinte e quatro horas o Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia Municipal, a continuação dos trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -

Mário Gaspar: "O Grupo VIVA apresentou uma proposta para ser votada em alternativa mas não considera suficiente, por causa da questão do preçário, e colocamos à consideração da Assembleia retirar o ponto da ordem do dia, sem antes pedir que as outras forças nos digam se estão disponíveis, por exemplo, caso a proposta venha de igual forma por parte da Câmara, a apresentarmos uma proposta em alternativa."-----

Francisco Oliveira: "Temos de ponderar uma situação e a questão é termos regulamento ou não termos regulamento. É fundamental pensarmos que podemos passar um verão sem termos regulamento e isso possa ser mais complexo do que eventualmente termos um regulamento que pode não ser o melhor. Na minha perspectiva, e falo por mim e não pela bancada, acho que seria preferível aprovarmos o



regulamento e permitir à Assembleia constituir uma comissão e discutir alguns pontos que eventualmente possam ser alterados. Porque a retirada do ponto, a ida ao executivo, depois a vinda outra vez para a Assembleia vai permitir que, durante o verão, não tenhamos regulamento e não sei se isso será positivo. Penso que seria mais positivo a aprovação, com a nomeação de uma comissão, para permitir propostas de alteração ao regulamento." -----

Presidente da Assembleia: "Os regulamentos podem ser alterados a todo o momento e a Assembleia tem poderes para o fazer." -----

Soraia Rodrigues: "Em relação a este ponto, ouvimos várias opiniões de várias forças políticas e o que está aqui em causa tem a ver com algumas questões práticas. A nível dos preços, temos sempre muita preocupação e é digna daquilo que se fala na comunicação social sobre Albufeira, e não só, pois isto é um tema que já foi tratado anteriormente e foi mal tratado quando se fala de Albufeira. Há muitas reclamações por parte dos residentes e dos turistas relativamente aos preços que se praticam. Para nós, a questão dos preços é uma questão central. Se poderemos viabilizar uma proposta de alteração através da criação da comissão, tudo bem. Mas, para nós, é importante que o regulamento fique instituído, que tenha alterações a nível dos preços e a nível da outra proposta que já falamos. Portanto, se podermos agilizar desta forma, tudo bem. Quando referem que está em causa não termos regulamento para o verão, estamos em Fevereiro, demora assim tanto tempo a ir e a voltar para discutirmos e apresentarmos uma proposta alternativa?" -----

Presidente da Assembleia: "São questões completamente diferentes. Temos uma proposta da Câmara Municipal e sobre ela temos de tomar uma posição. Depois, quanto às considerações, qualquer membro da Assembleia tem possibilidade de propor alterações a serem aqui discutidas. Agora temos uma proposta para que o mesmo seja retirado e temos de tomar uma deliberação." -----

Francisco Oliveira: "Acho que, não só devido ao adiantar da hora mas também devido às questões que o próprio regulamento em si insere, a criação da comissão seria importante para alterar todas as questões que importam às várias forças políticas. Naturalmente que nenhuma das forças políticas pretende que os tarifários sejam elevados e que a população e aqueles que nos visitam paguem mais do que aquilo que devem pagar. Temos de ter em consideração (não conheço o contrato de concessão, não faço a mínima ideia da envolvência que isto possa ter no contrato de concessão), que a proposta de criação da comissão tem a vantagem de nos debruçarmos sobre as



questões, de vermos quais as consequências que essas possam ter junto do contrato de concessão. A aprovação do regulamento tem a vantagem de termos já regulamento e de introduzirmos as alterações que as forças políticas venham a colocar, e, depois, trazemos à próxima Assembleia. Talvez até nem seja só um ou dois pontos, conforme foram aqui apontados, serão, com certeza, mais questões que poderíamos levantar e em consonância com os serviços da Câmara, com os serviços jurídicos e até com o próprio contrato de concessão. Porque até podemos estar a decidir alguma coisa que vá contra aquilo que esteja no contrato de concessão. " -----

Adriano Ferrão: "A mim também me parece certo e recomendo que o documento permaneça na ordem de trabalhos e que venha a ser aprovado para que tenhamos o regulamento funcional o mais breve possível. Como não é um documento estático, a qualquer altura podemos fazer os reparos necessários e introduzir as melhorias que acharmos mais pertinentes." -----

Soraia Rodrigues: "Se todas as forças concordarem em criar esta comissão de trabalho estamos dispostos a considerar." -----

Presidente da Assembleia: "Não podemos fazer isto condicionados. A questão é: temos uma proposta para remoção do ponto. Nenhum membro pode estar preso a esta deliberação, de integrar ou não numa comissão. Isto é um ato posterior. A constituição da comissão fica deliberada, depois são as forças políticas que se entenderão sobre o modo de organização e suas reuniões." -----

José Pimenta: "Já existia um caderno de encargos, um regulamento. Ao retirarmos este ponto não cai no vazio porque já existe um preçário e horários nesses parques. Podia continuar o que está em vigor e nós, posteriormente, analisarmos este. O preçário antigo é mais vantajoso para os munícipes e para os visitantes do que este." --
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA REMOÇÃO DO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

Votos Contra: vinte (20) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: uma (01) Carlos Santos. -----



Votos a Favor: três (03): Soraia Rodrigues, Mário Gaspar e Ivânia Mascarenhas.-----

Ausências: uma (01): Leonardo Paço. -----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO DO PONTO: -----

Votos Contra: cinco (05) Soraia Rodrigues, Cândido Reigado, Mário Gaspar, José Pimenta e Ivânia Mascarenhas. -----

Abstencões: uma (01) Carlos Santos. -----

Votos a Favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01): Leonardo Paço. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do parecer prévio vinculativo referente ao ajuste direto para aquisição de serviços de medicina do trabalho, prestados por profissional habilitado; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01): Francisco Oliveira. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

O Presidente da Câmara Municipal sai da sala. -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Tomada de conhecimento e eventual tomada de posição sobre o processo 846/09.4-A, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé (Execução) - licenciamento de moradia unifamiliar (ponderosas), Barrancos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Em relação a este problema, é muito idêntico à situação de Olhos de Água. É de lamentar que isto venha a acontecer. Só pode ser fruto, não deste executivo, mas de executivos anteriores, de que alguma coisa falhou. A Câmara já meteu um recurso mas não se sabe qual vai ser o resultado desse recurso. E se tiverem mesmo de fazer a demolição? O que vai ser feito para minimizar o problema dessas pessoas?"-----

Presidente da Assembleia: "São dois processos distintos. Nos Olhos de Água trata-se de uma urbanização, num loteamento, aqui estamos em razões ponderosas. Ou seja, um terreno sendo agrícola ou reserva ecológica, ponderou-se permitir construir com autorização da competente autoridade, ou seja, a entidade que rege essa reserva. Houve um parecer prévio e a Câmara, na sequência desse parecer prévio, fez o licenciamento. São duas situações diferentes, aqui não se podia construir e passou-se a poder construir com o parecer prévio favorável. No Roja Pé é uma situação completamente diferente." -----

Francisco Guerreiro: "Isto é uma incoerência. Há pouco ouvi dizer que alguma coisa esteve mal. E se formos por esses métodos, de que alguma coisa esteve mal, estiveram mal todas as ponderosas. Aqui, em Paderne, apresento quatro ou cinco ponderosas; em Albufeira mais seis ou sete. E só aqui é que isto esteve mal? Mas ainda não se chegou à conclusão do que esteve mal aqui nesta ponderosa. Se eu fosse técnico numa Câmara Municipal e isto acontecesse, eu pedia a demissão e ia embora. Senão estamos aqui a brincar com o povo porque o povo é que paga e sofre." -----

Vice-Presidente: "Só para esclarecer o Sr. Reigado. Já da outra vez, quando se falou da situação do Roja Pé, fez algumas acusações, nada abonatórias, a outros executivos anteriores. Neste caso, nos PDM's antigos, havia determinado artigo que falava em razões ponderosas para a construção de habitação, sob determinados critérios - critérios aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em mil novecentos e



noventa e nove, ainda eu não estava na Câmara - e esses critérios foram todos cumpridos, não há nenhum incumprimento por parte dos executivos anteriores. Não podemos estar a pensar que se andou aqui a incumprir uma série de regras, Leis e planos porque não foi nada disso que aconteceu. Houve parecer favorável da Comissão de Reserva Agrícola para desanexar este terreno, onde foi construída a casa, da reserva agrícola para se poder construir. No caso do Roja Pé, aconteceu a mesma coisa: os técnicos da Câmara Municipal, na altura, deram o parecer favorável à construção e continuam a ter a certeza de que aquilo está correcto. Mas o juiz entendeu que não seria bem assim e nós, agora, temos de utilizar as armas que temos ao nosso dispor. Eu não posso concordar com a forma como afirma estas situações: aqui ninguém andou a cometer ilegalidades."-----

Presidente da Assembleia: "Nós não nos podemos sobrepor ao processo judicial mas podemos manifestar, de uma forma singela, a nossa solidariedade. Proponho que ponderemos uma eventual tomada de posição a manifestar a solidariedade e uma recomendação à Câmara Municipal no sentido que faça todos os possíveis para reduzir os prejuízos das famílias. E seria genérico, não só em relação a este processo, mas também ao processo de Roja Pé, e que jogue mão a todos os mecanismos legais e administrativos que visem diminuir o prejuízo das famílias."-----

Francisco Oliveira: "Tendo lido a decisão, pelo que percebi, estamos numa fase jurisdicional que permite o recurso. Permitindo o recurso, todas as deliberações tomadas, nomeadamente da multa imposta, portanto, da sanção imposta aos senhores vereadores. Outra coisa que li na decisão é que um dos argumentos utilizados foi não só a questão das razões ponderosas mas também a alteração do PDM, que se aproxima, alteração essa que permitiria a legalização desta situação. Não só desta como da situação do Roja Pé. Apesar disso, a meritíssima juíza entendeu que isso não era argumento para o efeito e, portanto, indeferiu e entendeu não considerar esse argumento como argumento válido, o que me parece incorreto porque o PDM, vindo a legalizar depois de deitar abaixo, não me parece que seria razoável depois reconstruir. A questão que coloco é: até que ponto o PDM está avançado permitindo que haja esta alteração ainda antes de transitar em julgado esta decisão judicial e que, realmente, venha deliberar em sentido positivo, que esta questão não venha a ter o desfecho que não se pretende."-----

Vice-Presidente: "O executivo vai reunir todos os esforços para que esta demolição não aconteça. A primeira arma é a entrega do recurso, que está a ser preparado pelo



nosso consultor jurídico, o Dr. Paulo Martins. Entretanto, penso que poderá reiniciar-se a questão da revisão do PDM, que dependerá de outras entidades exteriores à Câmara, que com certeza também serão sensíveis a este problema e também tentarão encontrar soluções. O recurso tem de avançar já para o tribunal e a revisão do PDM também poderá ocorrer a qualquer momento mas é um processo que demora bastante tempo: as entidades externas têm de dar pareceres sobre um documento muito complexo, tem de ir a discussão pública. Portanto, demora sempre algum tempo.” -----

Presidente da Assembleia: “Propunha que a Assembleia deliberasse no sentido de se manifestar solidária com as famílias que têm estes processos e no sentido de recomendar à Câmara Municipal que jogue mão de todos os meios administrativos e de planeamento que possibilitem a salvaguarda dos direitos destas famílias. Pode parecer muito genérico mas dentro dos poderes que nós temos, atendendo que está numa fase jurisdicional, nós não podemos ir para além disto.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01): Leonardo Paço. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

O Presidente da Câmara entrou na sala. -----

PONTO DÉCIMO QUINTO

Apreciação e deliberação da moção apresentada pelo PSD contra a extinção da Entidade Regional de Turismo do Algarve; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Francisco Oliveira: "Depois da leitura desta moção fico na dúvida sobre o conteúdo da mesma e não tem nada a ver com questões político-partidárias. Diz aqui que, face às notícias tornadas públicas, e não sei que notícias e não sei que informação tenha sido lida por parte dos membros do PSD que propõem esta moção. Seguramente leram só uma parte das notícias porque a Secretária de Estado do Turismo veio dizer, há poucos dias, que as Regiões de Turismo são para manter e para manter no estatuto em que se encontram. Por outro lado, esta moção faz ainda referência à questão de a Região de Turismo ser extremamente importante. E, indiscutivelmente, é importante e todos nós a defendemos. Aliás, o Partido Socialista tem sido um dos arautos não só da desconcentração mas também da regionalização, e, portanto, defende a atribuição de maiores poderes às entidades regionais. O que acho estranho nisto é haver aqui uma confusão na própria moção relativamente à *tentativa de centralizar, controlar os efeitos e deixar o Algarve sem poder de decisão, assim como pretende fazer na saúde*. Não sei o que pretendem dizer com isto tendo em consideração que ainda há cerca de um mês aprovámos aqui, por unanimidade, uma moção sobre o estado da saúde no Algarve. Estaríamos a votar algo sobre qualquer coisa que não sabemos muito bem o que é porque não há um projecto, não há uma definição, não há uma informação concreta, não há uma deliberação sobre qualquer entidade oficial que nos diga qual o projeto que, eventualmente, poderiam estar a fazer, reiterando novamente que as informações por parte da Secretária de Estado do Turismo são de manter as Regiões de Turismo nos termos em que as mesmas se encontram. Portanto, não vejo qual a eficácia que esta moção possa ter. Leio aqui uma pequena frase, de uma notícia de jornal, que diz que *a Troika cometeu muitos erros, como nós cometemos muitos erros, mas quer a Troika, quer nós procuramos fazer o melhor*, isto foi dito pelo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho em Bruxelas. Portanto, se é para comentar notícias de jornais, temos imensas notícias para comentar e parece-me extemporâneo estarmos a comentar notícias de jornal sem termos definições concretas e precisas sobre aquilo que se pretende fazer ou deixar de fazer. Ainda para mais, com a introdução aqui, que me parece anacrónica, que é a questão da saúde quando sabemos, todos nós, que existem graves problemas com a saúde, sobretudo aqui no Algarve. Neste sentido, o Partido Socialista irá votar contra esta moção." -----

Soraia Rodrigues: "Relativamente a esta questão gostaríamos de dizer que há aqui pontos dos quais discordamos. Ao tentarmos instruir-nos sobre este assunto, não encontramos informação oficial sobre ele. Quando se fala em extinção não sei se será



muito por aí porque, realmente, não há nada oficial. Temos alguma dificuldade em votar favoravelmente esta moção." -----

José Pimenta: "Concordamos com o que já foi dito. Também procurámos saber algo sobre este assunto, fizemos contactos, mas não encontramos. Esta moção é pouco fundamentada e também iremos votar contra."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, João Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: onze (11): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-----

A moção foi reprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de encargos do procedimento para aquisição de serviços de manutenção de lagos e fontes no município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

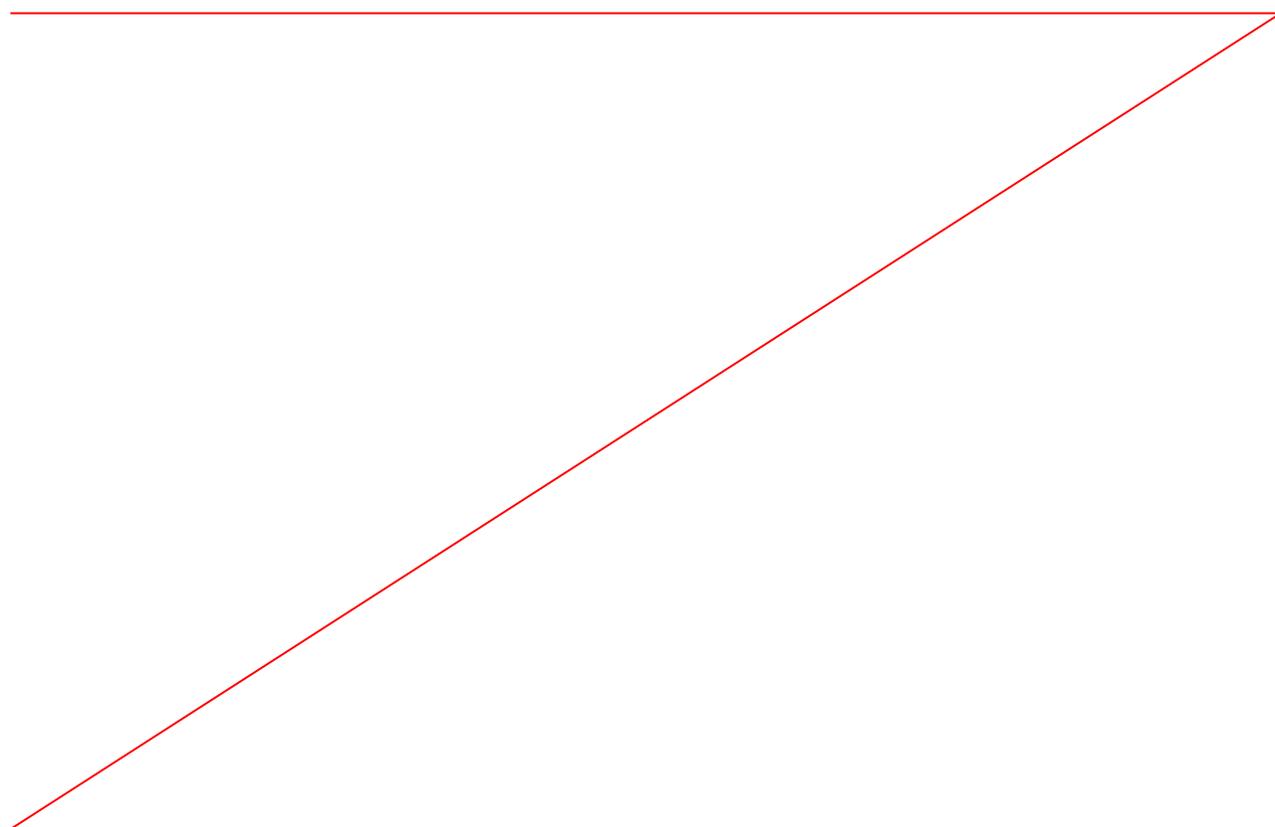
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Fevereiro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





CDU – Coligação Democrática Unitária

PSD-PEV



Saudação

Aproximam-se duas datas marcantes da nossa história contemporânea, datas, que simbolizam o início de um novo rumo para Portugal, após um longo período, 48 anos de total ausência de liberdade, de imposto obscurantismo, de perseguições, de prisões, de torturas, chegando até há eliminação física de quem ousava enfrentar o tenebroso regime fascista e lutar pela liberdade e pela democracia.

O 25 de Abril de 1974 e a Constituição da república de 1976, fruto da Revolução dos Cravos, uma e outra data constituem não só marcantes pedaços de história, como o início de uma nova era de liberdade e de construção da democracia, reconquista de direitos dos trabalhadores e do povo, abrindo caminho para a justiça social.

A estes dois importantes pilares-mestres do edifício do regime democrático, juntaram-se outros tantos, que proporcionaram avanços civilizacionais de uma enorme importância e significado; de entre eles destacava a descolonização devolvendo aos povos colonizados o direito à autodeterminação e independência, o fim da guerra colonial e a construção do Poder Local Democrático.

É nesse enquadramento, Poder Local Democrático em que este Órgão Autárquico se insere, que os eleitos da CDU saúdam estas duas marcantes datas e recomendam que no âmbito do Município de Albufeira, envolvendo todos os Órgãos Autárquicos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Freguesias, se programem e desenvolvam ações que envolvam as coletividades e associações do concelho, comemorando digna e adequadamente a Constituição da República Portuguesa de 1976 e o 25 de Abril de 1974.

Albufeira 18-02- 2016

Os eleitos da CDU



CDU – Cingação Democrática Unidária

PCP-PEV



Saudação

No próximo Mês de Março mais concretamente no dia 8, comemoram-se 159 anos do acontecimento que deu origem ao dia internacional da mulher. Em 1857 operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque, desencadearam uma luta sem tréguas, pela redução do horário de trabalho, contra a discriminação salarial e a exploração desenfreada a que estavam sujeitas.

A resposta do patrão provocando um incêndio na fábrica levou a morte algumas das operárias. A data passou a ser comemorada pelo mundo fora por organizações de mulheres que desabrochavam e reivindicavam a igualdade e direitos.

Anos mais tarde em 1910, numa conferência em Copenhaga, por proposta de Clara Zetkin este dia transformou-se num dia de ação, na defesa da dignidade e emancipação das mulheres, pela igualdade e o progresso, contra as discriminações e as injustiças.

O 25 de Abril de 1974 trouxe com ele um conjunto de direitos que proporcionaram passos alargados na luta pela emancipação das mulheres, conquistas civilizacionais importantes, transformadas em letra de lei inscritas na Constituição da República Portuguesa, que por elas continua a ser preciso lutar, para que passem a constituir uma prática de cada dia.

Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal, saúdam o dia Internacional da Mulher e exortam todas as mulheres nomeadamente as mulheres do Concelho de Albufeira, a continuar a sua luta por direitos e pela igualdade de género, que é simultaneamente um valioso contributo para a luta mais geral, que temos que continuar a travar para revitalizar Abril e **construir um Portugal livre democrático e soberano.**



A bancada parlamentar do PSD de Albufeira apresenta a seguinte manifestação de posição quanto á **não designação de membros para compor a Comissão Alargada** da C.P.C.J. de Albufeira.

A entrada em vigor, em 01 de Outubro de 2015, da Lei nº 142/2015, de 08 de Setembro, veio introduzir profundas **alterações** á lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nomeadamente:

1. Foram fixadas novas competências aos membros que compõem a comissão alargada (Art. 18º), os quais têm que:
 - o Prestar o apoio e a colaboração que a comissão restrita solicitar;
 - o Elaborar e aprovar o plano anual de atividades;
 - o Elaborar o plano de desenvolvimento social local na área da infância e juventude, em colaboração com a Rede Social

2. Foi fixado um novo modelo de funcionamento da comissão alargada (Art. 19º):
 - o Os membros da comissão alargada reúnem-se, no mínimo, mensalmente;
 - o Sem possibilidade de se fazerem substituir;



- o E prestarão trabalho efetivo por tempo não inferior a 8 horas mensais, a integrar no período normal de trabalho.

3. Foi alterada a forma de eleger o presidente da comissão (Art. 23º):

- o O presidente passa a ser eleito pelo plenário da comissão alargada de entre todos os seus membros, ou seja, qualquer 1 dos comissários poderá ser eleito presidente independentemente da sua vontade e,
- o O exercício efetivo da presidência é obrigatório e a tempo inteiro.

4. É prevista a Auditoria e inspeção ao funcionamento e composição da comissão (Art. 33º):

- o A auditoria ao regular funcionamento e composição da comissão é levada a cabo pela Comissão Nacional e,
- o A inspeção ao funcionamento da comissão é da competência do Ministério Público, por sua iniciativa.



Pese embora a exigência legal para a atual composição e funcionamento da comissão alargada, o presente regime jurídico é muito injusto e ingrato para quem assume tais funções a título de voluntariado e que, com a atual legislação, passa a ter um carácter obrigatório e sem qualquer remuneração.

A banca do PSD decide não apresentar qualquer nome para integrar a CPCJ considerando que é injusto para quem decide agir como voluntário e conseqüentemente é prejudicado na sua vida profissional e pessoal, já que o regime jurídico implica exigências desproporcionais ao cargo e funções que pretende que se venham a exercer.



Lista A

A
18/2/2010

Os eleitos nesta assembleia pelo PS, VIVA e CDU, designam para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira, os seguintes elementos:

- Vera Neves Albuquerque Simões (PS);
- Miguel Ângelo Coelho Clemente da Silva (PS);
- Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA);
- Ema Regina Moura Almeida Cândido Martins Pimenta (CDU).